

4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 26 DE FEVEREIRO DE 2015.

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de 2015 às oito horas, na Secretaria de Ação Social teve início a quarta Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social sob a presidência do presidente e representante titular do Poder Público representando o Fundo Social de Solidariedade, Senhor Márcio Henrique Silva Nalini. Estiveram presentes na reunião quinze (15) conselheiros sendo seis (6) do poder público e nove (9) da sociedade civil, com os seguintes **Conselheiros titulares:** Ariluce Ferreira Vilela, Márcia Helena Vieira Pimenta, Cristiane Barcaroli, Márcio Henrique Silva Nalini, Leonel Aylon Cantano, Elisa Francisconi, Cloves Plácido Barbosa, Denizar Hermógenes da Paixão, Josiane Aparecida Antunes de Campos. **Conselheiros suplentes:** Águeda Coelho Marques Soares, Padre Célio Adriano Cintra, Rosângela Aparecida de Paula, Juliana Bertazzi Passone. **Conselheiros na titularidade:** Jane Izabel Miranda Biagioti Lellis, José Carlos Gomes. Participaram da reunião 16 convidados. **Com a seguinte pauta:** **Assuntos:** Apresentação das Ações da Proteção Social Básica – 4º Trimestre 2014; Ofício nº. 063/2015 – GAB/SME – Solicita indicação de um representante para composição da Comissão Coordenadora e Equipe Técnica para elaboração do Plano Municipal de Educação – NOVA INDICAÇÃO; Deliberação sobre alteração da rubrica orçamentária das entidades: APAE (já aprovada), Casa de Acolhida Filhos Prediletos e CEPROL; Deliberação sobre documento elaborado pela Comissão de Orçamento e Articulação Política. **Informes:** Publicação no D.O.M. do dia 20 de fevereiro – Resolução CMAS 03/2015 – Dispõe sobre a inscrição de Entidades ou Organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social de Franca (CMAS); Publicação da Portaria Municipal nº 031/2015 – Dispõe sobre a convocação da IX Conferência Municipal de Assistência Social. O presidente Márcio iniciou a reunião apresentando as justificativas de ausência das conselheiras Patrícia Mustafa, Dalva, Aparecida, Ernestina, Patrícia Ferreira e Adriana. Após, o mesmo expôs a pauta do dia que foi aprovada sem alteração. A conselheira Elisa realizou a leitura da ata da reunião ordinária do dia 12 de fevereiro de 2015, que foi aprovada pelo colegiado. Em seguida o presidente desejou as boas vindas aos participantes que compareceram pela primeira vez no Conselho e pediu para que se apresentassem. Manifestaram-se Mariana, que é formada em Gerontologia pela Universidade de São Paulo e a estudante de Serviço Social, Conceição. Dando continuidade à reunião, Márcio passou a palavra para a conselheira Jane que iniciou a exposição do primeiro assunto da pauta referente à Apresentação das Ações da Proteção Social Básica do 4º Trimestre de 2014. Jane salientou que os slides apresentados ficarão disponíveis para os conselheiros. Inicialmente, a mesma exibiu os dados numéricos e as ações desenvolvidas pelos CRAS, tais como: Acolhidas Particularizadas e Coletivas, Oficinas com Famílias, Ações Comunitárias, Acompanhamento Familiar em Grupo e Particularizado, Atendimentos Individualizados, Visitas Domiciliares e Benefícios Eventuais Concedidos.

Ressaltou a importância dos conselheiros ficarem atentos aos dados e informações apresentadas para que assim consigam visualizar algumas mudanças que já vem ocorrendo em virtude do processo de reordenamento dos CRAS. Destacou também que no decorrer deste ano de 2015 essas mudanças ficarão mais evidentes. Durante a apresentação fez algumas observações sobre a acolhida coletiva, destacando que é nesse momento que os usuários têm a oportunidade de conhecer como o CRAS funciona. Explicou que os CRAS preparam a acolhida coletiva de acordo com sua realidade e esclareceu que o CRAS Sul apresenta um número bem maior de acolhidas particularizadas, uma vez que ainda não realiza acolhida coletiva por falta de espaço físico. Foi perguntado o número de pessoas que participam da acolhida coletiva e como resposta, Jane informou que depende de cada CRAS, apontando que a média é de 20 usuários. Com relação às oficinas com famílias, ressaltou que nesse ano houve uma grande mudança no formato, que anteriormente eram entendidas como cursos de artesanato. Atualmente as oficinas são realizadas nos moldes do PAIF, nas quais são desenvolvidos temas identificados pela equipe em conjunto com as famílias e as atividades artesanais são complementares. Como exemplo, falou de uma oficina realizada no CRAS Oeste sobre documentos pessoais. Rosalina enfatizou que na lógica do PAIF as oficinas são encontros previamente organizados, com objetivos de reflexão sobre temas pré-definidos com as famílias. Por solicitação da conselheira Elisa, Jane fez uma breve explicação sobre o que é o PAIF e como ele funciona dentro dos CRAS. Dentre as ações comunitárias, destacou-se a mobilização para o CEU, localizado no Leporace II, ação detalhada pela coordenadora do CRAS Norte, que afirmou que a mobilização é de responsabilidade do CRAS. A coordenadora explicou que no mês de Dezembro foi realizado um evento de mobilização no próprio local, com objetivo de apresentar o CEU, bem como para conscientizar a população para a preservação daquele espaço. Jane explicou que foram realizadas ações comunitárias também no CRAS Centro (Dia da consciência negra) e no CRAS Oeste (Mobilização com a comunidade da região do Córrego do Engenho Queimado). Dando seguimento Jane discorreu sobre os grupos de acompanhamento familiar grupal e particularizado, destacando que com o reordenamento, o foco deixou de ser somente as famílias que recebem algum programa de transferência de renda e passou a ser também aquelas famílias que apresentam alguma vulnerabilidade ou questões em comum e explicou que é realizado um plano de acompanhamento familiar que tem um começo e final previsto e um objetivo a ser alcançado. Leonel questionou o número de participantes nos grupos do CRAS Sul. A coordenadora Priscila explicou que o CRAS Sul está em período de transformação e que o número citado corresponde à média de participação. Disse que algumas microrregiões são mais amplas e a presença dos usuários é bastante significativa. A conselheira Juliana questionou qual é a média de tempo desse acompanhamento. Jane respondeu que depende de cada CRAS e também de cada grupo. A proposta é que o próprio grupo defina a periodicidade e tempo de permanência, portanto, esse plano deve ser construído conjuntamente pela equipe e o grupo. Disse que esse acompanhamento não será inferior a seis meses e no máximo um ano e

75 meio ou até dois anos. Leonel questionou sobre os resultados dessa ação. Jane destacou que o
76 plano prevê uma avaliação processual e não só no final, os profissionais irão avaliar esses
77 resultados com a participação da família. Priscila ressaltou que no momento o desafio central é
78 desconstruir a ideia de que a família deve participar “como se fosse uma obrigatoriedade”. A meta
79 a se estabelecer não são os profissionais que irão decidir, é uma meta que deve ser construída em
80 conjunto, entre os profissionais e a família, respeitando o tempo desta família, a história e a
81 identidade de cada uma. Com relação à discrepância entre algumas regiões, no que se refere aos
82 benefícios eventuais liberados, Priscila destacou que em alguns bairros a segurança alimentar e
83 nutricional é mais agravada, citando os Bairros Aeroporto III e o Santa Bárbara. O conselheiro
84 Leonel perguntou se os CRAS têm os dados sobre atuação de outros órgãos e comunidade nos
85 bairros. Em resposta a coordenadora do CRAS Sul respondeu que existem os grupos chamados de
86 rede de apoio que realizam atividades e ações para os moradores, citando o Pró-Vida, Centros
87 Espíritas e as Conferências Vicentinas. Jane explicou que a questão de ter os registros das redes
88 de apoio e de todos os serviços do território, é uma função que está prevista na gestão do território
89 e neste ano essa ação será intensificada. Em seguida foi apresentado um vídeo com fotos que
90 destacaram as principais atividades do trimestre. O presidente do Lar São Vicente, Sr. João, fez
91 algumas considerações sobre o trabalho de mobilização realizado pelo CRAS Norte, apontando
92 que além de conscientizar a população, acredita ser necessária uma atuação ostensiva da guarda
93 civil para proteção dos prédios públicos. Dando seguimento, Jane exibiu as ações da unidade de
94 Cadastro Único, apresentando uma visão geral, como o número de famílias cadastradas, total de
95 famílias com perfil Cadastro Único, total de famílias com perfil Bolsa Família e o total de famílias
96 beneficiárias do Programa Bolsa Família. Destacou que o Cadastro Único tem como principal
97 objetivo proporcionar o acesso a programas sociais e caracterizar a população de baixa renda do
98 município. Destacou o atendimento descentralizado, que ocorre uma vez na semana, no qual os
99 CRAS recebem entrevistadores que fazem tanto o cadastro inicial como a atualização cadastral,
100 facilitando assim o acesso dos usuários. Apresentou ainda outras ações executadas pelo Cadastro
101 Único como o preenchimento de declaração para redução da tarifa de energia elétrica, a apuração
102 das denúncias, o cadastro do Pró-Social - Estadual, a emissão da carteira do idoso, dentre outras.
103 Como destaque a equipe do Cadastro Único apontou a inclusão e atualização do cadastro das
104 pessoas do programa Minha Casa Minha Vida. Finalizada a apresentação, Jane solicitou que o
105 colegiado fizesse uma avaliação sobre esse formato de apresentação e sugeriu que encaminhassem
106 as contribuições para a Secretaria Executiva. Márcio informou que na próxima reunião ocorrerá a
107 apresentação das ações da Proteção Social Especial. Dando seguimento anunciou o próximo
108 assunto da pauta, referente à indicação de representante para compor a equipe que irá elaborar o
109 Plano Municipal de Educação e lembrou que havia sido feita uma indicação na reunião anterior,
110 que não foi possível ser efetivada, sendo necessária uma nova indicação. Como nenhum
111 conselheiro manifestou-se, Marcio solicitou que a Secretaria Executiva consultasse todos os

112 conselheiros titulares e suplentes por email sobre a disponibilidade para representação. Passando
113 ao próximo assunto, o presidente apresentou Proposta de Alteração Orçamentária de subvenção
114 para auxílio. As seguintes entidades solicitaram alteração: APAE, no valor de R\$117.000,00
115 (Cento e dezessete mil reais) para aquisição de um veículo e aquisição de equipamentos, bens e
116 término de construção de um banheiro; a Casa de Acolhida – Filhos Prediletos solicitou a
117 alteração no valor de R\$ 9.400,00 (nove mil e quatrocentos reais) para reposição de bens móveis
118 danificados e o CEPROL o valor de R\$ 9.241,00 (nove mil duzentos e quarenta e um reais) para
119 aquisição de equipamentos. Márcio esclareceu que não haverá ampliação de recurso, pois se trata
120 apenas de uma alteração na rubrica orçamentária do recurso já recebido pelas entidades. O
121 colegiado aprovou a proposta de alteração apresentada pelo Órgão Gestor. Dando seguimento
122 Márcio lembrou que na semana anterior a Comissão de Orçamento e Articulação Política reuniu-
123 se para discutir acerca da subvenção municipal para o ano de 2015, em especial a respeito do
124 índice de aumento aplicado aos valores de 2014. O conselheiro Leonel explicou que a correção foi
125 de 5,37%, porém a proposta é de que a correção seja feita pelo INPC do mês de Fevereiro/2015. A
126 comissão elaborou um documento convidando a Secretária de Finanças para uma reunião para
127 discussão do assunto. O ofício foi apresentado e após esclarecimentos o colegiado aprovou a
128 proposta. Márcio passou aos informes da reunião passando a palavra para Maria Amélia, que
129 informou que foi publicada no último dia 20 de fevereiro a Resolução CMAS nº 03/2015 que trata
130 da Inscrição de Entidades, Serviços, Programas, Projetos e Benefícios Socioassistenciais,
131 aprovada na última reunião do colegiado. Em seguida informou que também foram publicadas a
132 Portaria Municipal que dispõe sobre a convocação da IX Conferência Municipal de Assistência
133 Social e a Resolução CMAS nº 06/2015, que compõe a Comissão Organizadora da Conferência.
134 Os documentos foram encaminhados por email aos conselheiros. Disse que na próxima semana
135 será realizada a primeira reunião da Comissão Organizadora, mas ainda não tem a confirmação da
136 data, que será definida posteriormente. Márcio lembrou ainda que o Conselho estará iniciando o
137 processo eleitoral do colegiado. Finalizados os informes da reunião, o representante do Núcleo de
138 Cidadania Ativa da UNESP, o aluno Adolfo, solicitou a palavra para convidar todos os presentes
139 para participarem do Mini-curso de Extensão: "Educação Popular no Controle Social das Políticas
140 Públicas" que será realizado nos dias 4 e 5 de março. Márcio encerrou a reunião agradecendo a
141 presença de todos e convocou os conselheiros para permanecerem na reunião extraordinária que
142 ocorrerá logo em seguida. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e a ata lavrada pela
143 Secretaria Executiva do CMAS.